

Israel e a Doutrina do Direito Divino: Quando a Sobrevivência Exige Resistência

“Aqueles que tornam a revolução pacífica impossível tornam a revolução violenta inevitável.”

- John F. Kennedy

Introdução: Quando a Lei Não Protege Mais

O direito internacional foi criado para conter o poder – para proteger os vulneráveis e restringir os fortes. Mas no caso de Israel e Palestina, essa promessa desmoronou. Hoje, a lei opera como um **escudo para o ocupante** e uma **jaula para os ocupados**.

Os palestinos são informados que a resistência – pacífica ou armada – é ilegítima. Eles são condenados quer marchem desarmados, quer resistam com força. Enquanto isso, Israel viola o direito internacional com impunidade, apoiado por aliados poderosos e envolto em narrativas de segurança e trauma histórico.

Este ensaio argumenta que **os povos**, assim como os estados, possuem um **direito inerente de se defender contra a aniquilação**. Assim como o Artigo 51 da Carta da ONU afirma o direito de uma nação à autodefesa, também os **sem estado e oprimidos** devem ser reconhecidos como tendo o direito de resistir. Quando o protesto pacífico é esmagado e a lei é aplicada seletivamente, a resistência torna-se não apenas justificada – mas essencial para a sobrevivência.

A Impunidade Legal de Israel e o Colapso dos Padrões Internacionais

Por décadas, Israel tem violado princípios fundamentais do direito internacional com impunidade. A **Corte Internacional de Justiça (CIJ)** considerou sua ocupação do território palestino ilegal. Sua contínua atividade de assentamentos viola a **Quarta Convenção de Genebra**. Seu bloqueio de Gaza – descrito pela **Amnesty International** como punição coletiva – criou uma crise humanitária.

Apesar dessas constatações, **nenhuma consequência real** se seguiu:

- **Nenhuma sanção**, mesmo após o parecer consultivo da CIJ de 2024 pedir a revisão das relações com Israel.
- **Nenhum mandado de prisão do TPI** relacionado à Grande Marcha do Retorno, apesar de evidências claras de crimes de guerra.
- **Nenhuma aplicação** de decisões internacionais pelas potências globais.

O direito internacional só funciona se aplicado **universalmente**. Quando pune os fracos e protege os fortes, perde sua legitimidade. Os palestinos são orientados a seguir a lei – mas a lei não os protege mais.

A Grande Marcha do Retorno: Quando o Protesto Pacífico é Alvejado

Em 2018, dezenas de milhares de palestinos em Gaza juntaram-se à **Grande Marcha do Retorno** – uma série de protestos pacíficos exigindo o direito de retornar às suas casas ancestrais e o fim do bloqueio. A resposta de Israel não foi o diálogo, mas disparos de franco-atiradores.

Até o final de 2019:

- **214 palestinos foram mortos**, incluindo **46 crianças**,
- Mais de **36.000 feridos**, muitos mutilados permanentemente,
- **156 membros amputados**,
- **27 paralisados** devido a lesões na coluna.

A **Comissão de Inquérito da ONU** constatou que a maioria dos baleados não representava **nenhuma ameaça iminente** e que a conduta de Israel provavelmente constituiu **crimes de guerra**.

E ainda assim – nenhuma sanção. Nenhuma prisão. Nenhum julgamento. O mundo desviou o olhar.

Se o protesto pacífico é recebido com balas, que sistema moral ou legal pode exigir não violência? Diante disso, a **resistência não é extremismo** – é o último recurso dos abandonados.

A Doutrina do Direito Divino e o Retorno da Imunidade Soberana

A justificativa de Israel para a soberania exclusivamente judaica sobre a Palestina histórica frequentemente se baseia não apenas na lei moderna, mas em uma **promessa bíblica** – que Deus concedeu esta terra ao povo judeu. Essa reivindicação teológica, amplamente apoiada por evangélicos dos EUA, alimenta tanto a política quanto a impunidade. Versículos como *“Abençoarei aqueles que te abençoarem”* (Gênesis 12:3) são usados para santificar a violência estatal.

Isso ecoa a **doutrina do direito divino** outrora invocada por reis para justificar o poder absoluto:

- O direito de taxar arbitrariamente,
- O **ius primae noctis** (o direito do soberano de violar),

- O poder de declarar alguém um **foras da lei**, despojando-o de todas as proteções legais.

Naquele sistema, o rei *era a lei* – e aqueles que resistiam não eram **cidadãos**, mas criminosos. Hoje, os palestinos enfrentam uma realidade semelhante. Israel funciona como um soberano acima da lei. Os palestinos, criminalizados até mesmo por resistência simbólica, são tratados como **foras da lei** – uma população contra a qual **qualquer força é permitida**.

Isso Não É Antissemitismo – É uma Rejeição do Entendimento Sionista

Mas **isso não é judaísmo**. O judaísmo ensina justiça, não conquista. Os profetas exigem compaixão, não dominação:

“Eu sou o Senhor; chamei-te em justiça... dar-te-ei como um pacto para o povo, uma luz para as nações.”

- Isaías 42:6

A verdadeira ética judaica exige humildade, justiça e empatia pelos oprimidos. A transformação do sionismo de “escolhido” em **entendimento** não é uma extensão do judaísmo – é uma **traição** a ele.

Ancestralidade Genética e a Lei do Retorno: Uma Contradição Teológica Moderna

A **Lei do Retorno (1950)** de Israel concede a qualquer judeu – definido como qualquer pessoa com um avô judeu ou convertido – o direito de imigrar e obter cidadania, independentemente de eles ou seus antepassados terem vivido na terra. Em contrapartida, os palestinos expulsos em 1948 e 1967 – muitos dos quais podem rastrear sua ancestralidade na Palestina por milênios – são **impedidos de retornar**.

A política é apresentada como uma resposta à perseguição judaica. Mas seus tons teológicos refletem o pensamento do **direito divino**: algumas pessoas têm *direito* à terra em virtude da identidade religiosa; outras, mesmo as nascidas nela, não.

Pesquisas genéticas desmentem essa reivindicação. **Cristãos palestinos** e muitos **muçulmanos palestinos** demonstraram, por estudos genômicos, serem **descendentes diretos de populações levantinas antigas**, incluindo cananeus e primeiros israelitas. Sua conexão com a terra é **mais profunda, contínua e baseada no lugar**.

Assim, a Lei do Retorno não é apenas discriminatória – é historicamente retrógrada. Concede privilégios àqueles com **reivindicações teológicas ou diáspóricas** enquanto nega o retorno àqueles com **continuidade ancestral**.

Resistência como Direito: Sobrevida e Autodeterminação

O Artigo 51 da Carta da ONU afirma que todas as nações têm um **direito inerente à autodefesa**. Mas e os povos sem estado? E uma população sob cerco?

Os palestinos não são uma ameaça militar. Eles são um **povo sem estado** enfrentando:

- Ocupação militar,
- Fragmentação territorial,
- Desapropriação sistemática,
- Limpeza étnica.

São negados água, saúde, educação e mobilidade básica. Seus filhos são julgados em tribunais militares. Quando protestam pacificamente, são baleados. Quando resistem militarmente, são chamados de terroristas.

Nesse contexto, a resistência não é um luxo – é um **imperativo biológico**. É sobrevida.

Quando a Lei Se Torna Injustiça: Rebeldes que Se Tornaram Heróis

Ao longo da história, quando as leis protegiam opressores e criminalizavam os oprimidos, a resistência quebrou essas leis – e mudou o mundo:

- **Nelson Mandela**, preso como terrorista, mais tarde ganhou o Prêmio Nobel da Paz.
- **Rosa Parks**, presa por desobediência civil, desencadeou um movimento.
- **Claus von Stauffenberg**, executado por tentar matar Hitler, agora é homenageado como herói.

Na era dos monarcas, **rebeldes eram foras da lei** – despojados de todos os direitos, caçados pelo estado. Mas foram esses rebeldes que puseram fim à **imunidade soberana** e deram origem à justiça moderna.

Quando a lei não serve mais o povo, a rebelião não é crime – é **fundamental**.

Conclusão: O Fim das Desculpas, o Retorno da Justiça

Muitas vezes se diz que Israel deve ser entendido pelo trauma do Holocausto. Que seus medos estão enraizados na perseguição, e que sua dureza é um reflexo defensivo. E, de fato, a lei frequentemente considera o contexto – assim como um juiz pode pesar a infância violenta de um réu.

Mas **77 anos** se passaram desde o Holocausto. Israel não é uma criança traumatizada – é uma superpotência regional armada nuclearmente, ocupando milhões.

O trauma pode explicar o comportamento. **Não o desculpa para sempre**.

Quando um indivíduo traumatizado se torna um agressor, a lei intervém. Quando um estado traumatizado se torna um transgressor recorrente, o mundo deve agir.

Se o direito internacional deve significar algo, ele deve se aplicar a **todos**. Se a paz deve ser possível, ela deve começar com a **justiça**. E quando os caminhos pacíficos estão bloqueados – quando a lei se torna uma ferramenta de opressão – **a resistência torna-se um dever**.

Lutar, então, não é um crime. É **uma obrigação moral**. É **um ato de sobrevivência**. É o momento em que **o fora da lei se torna o justo**.